

Resumo: As demandas por transparência, participação do indivíduo em sociedade e sua influência nas ações do Estado ganham relevo na medida em que impactam na agenda política e nos modos de gestão da informação governamental. Nesse contexto, ao se entender que as estruturas organizacionais híbridas contribuem para que as necessidades informacionais dos indivíduos sejam melhor trabalhadas, pensou-se o contributo que o tema traria ao se discutir questões de hibridez no contexto arquivístico. Para tanto, através de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, objetivou-se analisar os conceitos de hibridez na literatura internacional da área da Ciência da Informação. O intuito foi propor formas de atuação para os arquivos híbridos como promotores do acesso à informação. A metodologia possui abordagem qualitativa, do tipo descritiva e explicativa. Ressalta-se que tais ambientes dão significado ao conhecimento gerado em sociedade. Nesse cenário, os arquivos híbridos criam ambientes de aprendizagem, abrangendo os diferentes tipos de documentos em sociedade.

Palavras-chave: Acesso à informação; Desenvolvimento sociocultural; Novas estruturas organizacionais; Arquivos híbridos

Abstract: The demands for transparency, individual's participation in society and their influences on state actions gain prominence as impacting on the political agenda and in the methods of information government management. In this context, supposing that the hybrid organizational structures contributing to the informational needs of individuals are better worked, it was considered the contribution that the issue would give when the hybridity issues in archival context would be considered. Therefore, through the literature and an exploratory research, it is aimed to analyze the concepts of hybridity in the international literature in the Information Science field. The aim was to propose actions for hybrid archives to promote information access. The methodology has a qualitative approach, of descriptive and explanatory type. It is noteworthy that such environments give meaning to knowledge generated in society. Hence, the hybrid archives create learning environments, covering the different types of documents in society.

Keywords: Information access; Socio-cultural development; New organizational structures; Hybrid archives

Introdução

As transformações sociais advindas do uso e interpretação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em ambientes nos quais existe a atuação do profissional da informação refletem as diferentes perspectivas que os arquivistas vivenciam perante as comunidades com quem trabalham. Nessa perspectiva, a informação, que é o insumo que sustenta as transformações sociais, propicia o desenvolvimento social em qualquer campo da atividade humana e da construção do conhecimento.

Ao se pensar acerca das unidades informacionais às quais o acesso à informação é referência para um novo contexto social, que interage as localidades em prol do desenvolvimento e crescimento diferenciados, entende-se que a informação é o diferencial na geração do conhecimento. Logo, as formas de buscar, acessar e recuperar a informação, na medida em que refletem o uso de tecnologias tradicionais e digitais, constituem-se em fatores determinantes na criação de espaços informacionais sociais, lançando múltiplos desafios aos arquivos tradicionais.

Considerando o ambiente de um arquivo como um lugar que se transforma em direção ao desenvolvimento da sociedade, fala-se em espaços híbridos, onde tecnologias tradicionais e digitais se complementam por meio da dialogicidade no trabalho do arquivista. Assim, iniciam-se os estudos acerca de ambientes híbridos no contexto das unidades informacionais.

De acordo com Breaks (2002), o termo híbrido tem suas origens na Teoria da Evolução de Darwin, designa-se como um novo modo de descrever tipos de serviços que buscam integrar fontes tradicionais e eletrônicas de informação. Registra-se o valor da informação pelas necessidades de uso, portanto ela é um bem comum, que deve atuar como fator de inclusão social, ou seja, como propulsora da cidadania através de sua disponibilização aos diferentes públicos presentes na sociedade.

Ao se entender que esses ambientes são propícios ao contexto das bibliotecas, pensou-se o contributo que esse tema traria ao se discutirem questões de hibridez no contexto arquivístico, uma vez que há necessidade de acesso à informação voltada para a legislação arquivística. Logo, a publicação da Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011 trouxe uma nova sistemática a ser implementada nos arquivos, a partir de seus dispositivos regulamentadores.

Nesse cenário, a necessidade de uma releitura dos procedimentos de produção e guarda de informações, bem como sua adequação às novas regras em sociedade, impactaram no modo como se dava o acesso à informação em unidades arquivísticas. Sendo assim, a Lei de Acesso à Informação configura-se como uma importante ferramenta de controle dos atos praticados pela instituição, impactando as atividades de Estado que possuem, no sigilo, a sua essência (CALDERON, 2015).

Trata-se de um ambiente que agrega características tradicionais e digitais em um mesmo local, partindo das seguintes premissas: usuário individual e coletivo, serviços e produtos oferecidos e arquitetura do ambiente físico e virtual onde se encontram armazenados os documentos. O acesso à informação no ambiente dos arquivos pressupõe o atendimento às necessidades dos sujeitos diante das diferentes mídias e suportes de informação.

Dessa forma, o tratamento documental voltado ao acesso e satisfação dos indivíduos poderia ser a resposta a esse anseio informacional. Visando ao desenvolvimento e ao crescimento do acervo institucional onde atua, é papel do profissional da informação responsável por tais ambientes buscar um crescimento dos interagentes, a fim de gerar capacidades para detectar se a informação disponibilizada está de acordo com as demandas sociais.

O arquivo deve prover serviços para a descoberta, localização, requisição e utilização dos recursos, como também fornecer serviços consistentes em âmbito local ou remoto,

independentemente do tipo de seu suporte. Para tanto, sua estrutura organizacional necessita ser flexível, permitindo o desenvolvimento de novos sistemas, quando necessário. Outra premissa são os sistemas baseados em normas internacionais, que permitem o aumento do volume e o tráfego de recursos.

Nesse contexto, o acesso ao documento não garante a geração de conhecimento, já que este é gerado a partir de uma reflexão crítica, obtida através da observação da realidade, do envolvimento com o ambiente, dos conhecimentos intrínsecos do indivíduo e da apropriação de novas informações. Nos arquivos híbridos, o acesso à informação é destacado a partir da percepção humana no uso e geração de conhecimento.

Em relação aos arquivos tradicionais, um arquivo híbrido define novos parâmetros comportamentais/mentais que permitem maior interação dos indivíduos que buscam a informação. Concomitantemente, a autonomia do ser humano, a cidadania e a ideologia do saber igualitário, propostos por Dziekaniak e Rover (2011), são focados no uso e reuso da informação, prezando pela observação da comunidade que cerca uma instituição arquivística.

Partindo do pressuposto de que a geração de conhecimento depende do acesso à informação, pergunta-se: como os arquivos híbridos, repensando suas estruturas organizacionais, podem contribuir para o acesso à informação e, conseqüentemente, ao desenvolvimento sociocultural para a geração de conhecimento? Desse modo, através de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, este estudo objetivou analisar os conceitos de hibridizem na literatura internacional da área da Ciência da Informação e propor formas de atuação para os arquivos híbridos como promotores do acesso à informação.

Na metodologia, utilizou-se uma abordagem qualitativa do tipo descritiva e explicativa (GIL, 2008), bem como o método de pesquisa bibliográfico, com o intuito de verificar as habilidades que constituem os processos de acesso à informação. O levantamento dos dados iniciou-se com a análise dos conceitos de ambientes híbridos e a arquivologia nos processos de organização e disponibilização da informação. As referências utilizadas estão nas bases de dados científicas da área da Ciência da Informação, tais como *Scielo* e *Web of Science*, destacando-se autores de referência para a área.

Nesse cenário, considera-se o arquivo híbrido como um espaço sociocultural que promove diálogos entre a população e as tecnologias. Concomitantemente, as informações dispostas nessas unidades passam a serem utilizadas de forma crítica e reflexiva pelos seus usuários, ganhando vida na medida em que geram conhecimentos.

Acesso à informação

Em 1988, a Constituição Federal garantiu à sociedade brasileira o direito de acesso à informação, um dos pilares da democracia contemporânea. “Trata-se de um direito civil, mas também político e social que acentua a importância jurídica assumida pela informação nas sociedades democráticas” (JARDIM, 2012:2).

O acesso à informação promove a cidadania quando graus variados de agências, agentes, políticas, estruturas e discursos informacionais são tensionados por espaços de consenso entre práticas informacionais. Nesse processo, as demandas por transparência e

participação do indivíduo em sociedade, bem como sua influência nas ações do Estado, ganham relevo na medida em que impactam na agenda política e nos modos de gestão da informação governamental (BOURDIEU, 1991).

Portanto, é crucial que um documento esteja disponível para revisar as decisões de uma instituição, já que “Na ausência desse recurso, não se pode afirmar que os indivíduos realmente têm direito de acessar a informação, mas o mero direito de que as informações solicitadas sejam consideradas pelo órgão expedidor” (MENDEL, 2009:47, tradução nossa). No modelo de burocracia já previsto por Weber, em 1979, as funções administrativas são exercidas de modo continuado e com base em documentos, sendo o acesso à informação sua forma de representação em sociedade (WEBER, 1979).

Bokova (2015) destaca a importância do arquivista na atuação da identidade social, atendendo à preservação do patrimônio para que o mesmo esteja acessível a todos, perfazendo a história das comunidades. Essa afirmação vem de encontro à Lei de Acesso à Informação, objetivando criar mecanismos que possibilitem a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades (BRASIL, 2011).

Embora muitos dos documentos colocados à disposição do público sejam especiais ou até mesmo raros, não podendo ser manuseados de qualquer maneira, o profissional capacitado, ou seja, o arquivista com competências necessárias para atuar nesses ambientes poderá implementar ações para a preservação desse material, destacando-se sua importância no contexto da memória da humanidade. Importante ressaltar que é exatamente essa vulnerabilidade que impacta o pensamento do arquivista quando ele se depara com a realidade dos espaços híbridos.

A ideia do intelecto geral pode utilmente ser recuperada como uma forma de intelectualidade de massa, o conhecimento socializado, uma força direta e social da produção. O acesso à informação é, dessa forma, o conhecimento socialmente útil que emerge através da definição de uma forma-valor alternativa, trabalhando em termos da reprodução da sociedade sob uma imagem diferenciada (HALL, 2014:823, tradução nossa).

Algumas iniciativas, como o Programa Memória do Mundo, da UNESCO, que buscam unir memórias coletivas enraizadas nos arquivos por diferentes gerações, promovem um cenário onde o indivíduo, além de ter acesso ao documento, contribui com a constituição do acervo. Dessa forma, possibilitam tanto aos arquivistas como à sociedade como um todo entender o seu próprio significado perante a humanidade.

O que está em jogo é a preservação e o acesso à informação, que vão se modificando ao longo do tempo e requerendo diferentes tipos de tratamento documental. O saber como tratar tais documentos e como promover o acesso a eles recai na base da Arquivologia como área de conhecimento: produção, organização e uso da informação (PAES, 2004).

O Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978, art. 2º, determina as atribuições dos arquivistas:

I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;

II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;

III - **planejamento, orientação e direção** das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;

IV - **planejamento, organização e direção** de serviços ou centros de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;

V - **planejamento, organização e direção** de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;

VI - orientação do **planejamento** da automação aplicada aos arquivos;

VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;

VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;

IX - **promoção** de medidas necessárias à conservação de documentos;

X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;

XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;

XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes
(BRASIL, 1978, grifo nosso).

Pode-se relatar que, para além das atribuições do arquivista, o contexto híbrido lhe permite: implementar atribuições complementares, como gerenciador da informação; a tomada de decisões; rever contradições e conflitos no ambiente de trabalho; obter excelência na comunicação oral e escrita; lidar com as diversas habilidades funcionais; ser capaz de ter aprendido próprio e de facilitar o aprendizado junto à instituição na qual está inserido, sendo ético, proativo, um empreendedor dinâmico; utilizar a criatividade, a consciência coletiva; instituir tais diferenças no contexto dos objetivos e metas da organização. Assim, é necessário entender a importância de a história ser compreendida e compartilhada, não apenas para questões de identidade ou afiliação, como também para a compreensão mais clara das relações e dos desafios nas sociedades contemporâneas (BOKOVA, 2015).

Em contextos híbridos, a informação pode ser construída ou desconstruída a todo o momento, sem limites de espaço e tempo. O fluxo documental, portanto, passa a interligar o gerador e o receptor das informações de forma mais ampla e rápida (BARRETO, 1998).

A gestão arquivística deve trabalhar aspectos dos recursos humanos (seu público e funcionários da instituição), o físico (o *layout* do arquivo) e o estrutural (relações entre o arquivo e as instituições às quais está agregado), a fim de tomar decisões prudentes relativas à preservação e ao acesso aos recursos documentais, tendo como posto-chave a capacidade de saber lidar com as diferentes gerações de conhecimento. Então, o arquivo

passa a ser visto com outros olhos, limitando a ideia de preservação e guarda da memória, prevalente por muito tempo sobre a ideia do acesso (RIBEIRO, 2010).

Um arquivo com sistema democrático de acesso à informação deve aspirar por diferentes planos a serem promovidos em sociedade, descentralizados e participativos. Trata-se de uma articulação entre diferentes níveis de gerenciamento, a fim de otimizar conhecimentos além-instituições (DELGADO, 2010).

Por conseguinte, ao se obter um aumento no número de interessados em frequentar o local, o arquivista poderá contribuir para o aumento da busca pela informação e da criação de novos conhecimentos. Sendo assim, o arquivista híbrido deve enxergar de dentro para fora, ou seja, ser um reflexo da analogia do ser humano, sempre em busca de novos conhecimentos.

Desenvolvimento sociocultural

As relações de desenvolvimento sociocultural partem da convivência dos seres humanos para com os diferentes contextos e meios tecnológicos. Essas vivências proporcionam diretrizes para que uma ideia possa ser processada mentalmente pelo indivíduo e, posteriormente, entendida de acordo com sua experiência no assunto.

O processo de reconhecimento da informação ocorre em forma de espiral, ou seja, a partir de uma necessidade de informação, o indivíduo busca uma publicação apropriada para solucionar suas dúvidas e, junto ao seu conhecimento prévio de mundo, gera um novo conhecimento. “O conhecimento supõe que o sujeito aprende o significado da informação, atribui-lhe um sentido necessitando da incorporação de um segmento significativo daquela” (SACRISTÁN, 2002:210).

Ao mesmo tempo em que há a geração desse reconhecimento, há também o compartilhamento do mesmo, seguindo em uma sequência espiral contínua. “Nesse contexto, uma formação profissional que se delineia como ideal é aquela voltada para a construção da cidadania consciente e ativa” (CASTRO, 2002:189).

Nesse contexto, os arquivistas passam a moldar relações entre os serviços oferecidos e a emergência de necessidades complexas em sistemas de informação. Há uma auto-organização de ensino por parte dos profissionais da informação, bem como uma auto-organização de aprendizagem por parte do público de um arquivo.

A incorporação de novas metodologias e de tecnologias de informação e comunicação vem permitindo mediações inovadoras no atendimento do cliente – curioso, crítico e questionador [...]. Os produtos e serviços são desenhados, sob medida, para atenderem as suas necessidades de informação (PIMENTA, 2002:137).

Tanto os arquivistas quanto os usuários de um arquivo híbrido devem ter competências específicas para lidar com as informações dispostas nesses ambientes. Essas competências partem da natureza, extensão, necessidade de informação e avaliação de fontes acessadas.

Dessa forma, é possível entender como exercer tais competências à medida que se inter-relacionam os Padrões e Indicadores de Competência em Informação de Belluzzo (2007)

com os arquivos híbridos. Trata-se de cinco padrões que, se bem executados, permitem que o indivíduo se torne competente em arquivos híbridos:

- **Padrão 1 - A pessoa competente em informação determina a natureza e a extensão da necessidade de informação.** O arquivista competente em informação em arquivos híbridos determina a natureza de seu acervo perante a extensão dos diferentes formatos de informação, conhecendo as diversas fontes de informação e conseguindo extrair a informação necessária. Já o usuário competente em informação em arquivos híbridos sabe lidar com a extensão dos diferentes formatos de informação, identificando e reconhecendo suas necessidades e interesses informacionais.
- **Padrão 2 - A pessoa competente em informação acessa a informação necessária com efetividade.** O arquivista híbrido competente em informação promove, aos seus usuários, o acesso à informação necessária com efetividade, independentemente de sua plataforma; busca informações em outros lugares, não se restringindo ao seu acervo; conhece e desenvolve esquemas de descrição e classificação com autoridade para facilitar a recuperação. O usuário competente em informação em arquivos híbridos acessa a informação com efetividade, independentemente de sua plataforma; conhece os sistemas de recuperação e a forma de inserir palavras-chave; sabe utilizar estratégias de busca, como operadores booleanos; conhece as possibilidades de consultar o profissional da informação para obter as informações desejadas; estrutura suas informações de modo a acessá-las posteriormente e citá-las de forma correta.
- **Padrão 3 - A pessoa competente em informação avalia criticamente a informação e as suas fontes.** Tanto o arquivista quanto o usuário híbrido competente em informação avaliam criticamente a informação que recebem, bem como sua fonte; possuem capacidade de análise e síntese, realizando processos de significação e interpretação; conseguem estabelecer parâmetros de avaliação das informações e fontes, identificando especificidades das autoridades e suas qualificações; contextualizam o novo conhecimento com os conhecimentos prévios sobre o tema, distinguindo sua utilidade para a resolução dos problemas.
- **Padrão 4 - A pessoa competente em informação, individualmente ou como membro de um grupo, usa a informação com efetividade para alcançar um objetivo/obter um resultado.** O arquivista híbrido competente em informação busca direcionar o usuário para o uso da informação com efetividade para alcançar um objetivo e obter um resultado; consegue articular a informação com as regras de comunicação para disseminá-la. E os usuários competentes em informação em arquivos híbridos conseguem gerar conhecimento reflexivo tanto individualmente quanto em grupo; conseguem definir o uso da informação de acordo com seus objetivos; conseguem utilizar as informações reportando-se aos autores das ideias

utilizadas; conseguem estruturar o novo conhecimento de modo a ser comunicado.

- **Padrão 5 - A pessoa competente em informação compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação e acessa e usa a informação ética e legalmente.** O arquivista híbrido competente em informação compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação, adequando seus produtos e serviços às demandas culturais, de forma ética e legalmente; valoriza e estimula o uso de recursos de acesso livre; conscientiza e sensibiliza seu público sobre os danos e implicações da prática de plágio; trabalha de acordo com as normas institucionais e de políticas de informações nacionais e internacionais; conhece e cumpre as legislações referentes ao direito do autor; promove campanhas sobre a ética na pesquisa. O usuário competente em informação em arquivos híbridos acessa e usa a informação de forma ética e legalmente; utiliza fontes de informação que respeitam o direito do autor; identifica e rejeita práticas de plágio; respeita e cumpre as regras estabelecidas na instituição, conhecendo os direcionamentos e normativas; dá crédito aos autores utilizados em seus trabalhos/projetos/pesquisas.

Trata-se de “Uma formação profissional que vise ao universo do trabalho [e não somente a ele], tal como hoje se configura, deve situar no foco das atenções algo que não é novo, que sempre existiu, mas que produzia seus efeitos de modo coadjuvante ou colateral” (MACHADO, 2000:152). São competências básicas a serem desenvolvidas em relação à formação e às capacidades pessoais, que transcendem as transformações nos cenários dos arquivos e da produção documental.

Os processos de hibridizem refletem ações colaborativas no ambiente de um arquivo híbrido, com vistas ao acesso à informação. Tem-se, portanto,

[...] um aspecto – o processo colaborativo – muito em evidência e que comporta a coexistência de mediações diferentes, embora, forçosamente, complementares: a mediação assumida pelo especialista da informação, situado como interagente nas instituições culturais com sites interativos (reativos) ou em entidades de outro tipo (empresas, grupos, pessoas...), localizadas no “espaço de fluxos” ou na “infoesfera”, através de sites, portais, blogs, video-sharing services, que se caracteriza por uma interferência direta na escolha dos conteúdos (RIBEIRO, 2010:69).

Partindo do princípio de que as linguagens afetam os conceitos sociais, o arquivista e, conseqüentemente, o arquivo estão inseridos em uma rede sociopolítica de produção, gestão e geração de conhecimentos, pressupondo princípios comportamentais perante as linguagens híbridas. Dessa forma, a inserção dessas novas perspectivas em um sistema de informação é, primeiramente, um caso de sobrevivência, já que não há como excluí-la das novas criações em sociedade.

Novas estruturas organizacionais

O ambiente de um arquivo perante as novas estruturas organizacionais constrói-se a partir do desenvolvimento de uma informação coletiva, ou seja, de um ambiente colaborativo onde, ao mesmo tempo em que uma informação é apropriada, se gera um novo conhecimento. Logo, tem-se uma construção coletiva do conhecimento, que carrega em si paradigmas das tecnologias da informação.

O conceito de estruturas organizacionais envolve um conjunto de expectativas sobre a pessoa que ocupa determinada posição social e designa, portanto, sua maneira de agir em determinada situação, na qual outras pessoas ou objetos podem também estar envolvidos. Dessa forma, tanto os indivíduos como a instituição estão incluídos nesse cenário, de maneira que a dicotomia entre a pessoa e seu cargo na instituição, bem como seus componentes psicológicos e sociológicos, é reconhecida (MINTZBERG,1973).

Segundo Castells (2001), o paradigma das tecnologias da informação passou por mudanças, chegando ao que o autor chama de “Novo Paradigma”. Nesse contexto, no qual a convergência tecnológica se refere a uma interdependência de técnicas, contextos e métodos, as tecnologias de transmissão e conexão do conhecimento diversificam-se e interligam-se ao mesmo tempo.

Para o autor, o primeiro aspecto do novo paradigma é a informação como matéria-prima, contando que as tecnologias passam a agir nos processos de uso da informação, e não somente a informação age sob o uso das tecnologias, como no paradigma anterior. A segunda característica refere-se à influência dos meios tecnológicos na existência individual e coletiva de uma sociedade, pois, a partir do momento em que a informação é vista como matéria-prima, as novas tecnologias penetram no cotidiano social.

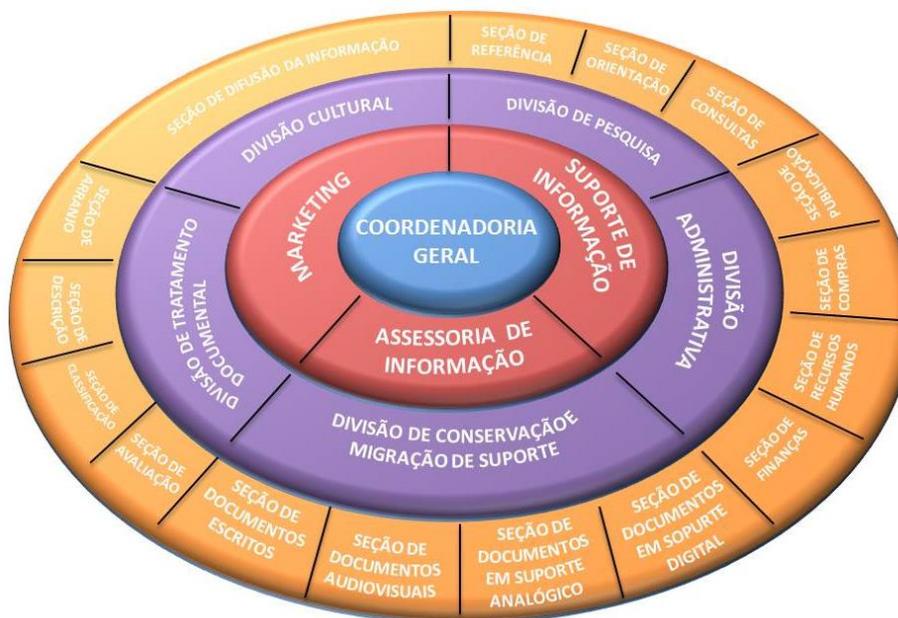
O terceiro ponto enfatiza os sistemas de informação em redes de tecnologias da informação, onde a flexibilidade e a complexidade interagem ao mesmo tempo. Em quarto lugar, essas redes são reestruturadas pela flexibilidade dos sistemas. Nada é estável, mas pode ser reconfigurado.

Como quinta e última característica, está a especificidade das tecnologias convergentes em sistemas integrados, no qual tecnologias antigas e atuais convergem entre si, já que uma não pode ser imaginada sem a outra. A Figura 1 mostra como a estrutura organizacional dos arquivos, sob o ponto de vista dos ambientes híbridos, insere, além da pesquisa, conservação, tratamento documental e administração, a divisão cultural em sua estrutura, de modo a difundir a informação por meio de atividades antes não aplicadas aos arquivos.

A fim de exemplificação, tem-se o “Arquivo Ônibus”, que pode levar até uma comunidade distante documentos que relatem a memória da mesma, bem como exposições, pastas pedagógicas, sarais, turismo local, cursos e oficinas. Tais atividades mantêm a relação documento-usuário mais próxima.

A Coordenadoria Geral deve ser capaz de lidar com contradições e conflitos, sendo ética e empreendedora. A Assessoria de Informação precisa oferecer um trabalho de consultoria constante e de incentivo aos funcionários. Em relação ao Suporte de Tecnologias, o mesmo deve estar apto a atender a todos os aspectos das divisões, chegando ao *marketing*, que demanda uma gestão moderna do arquivo.

Fig. 1 – Estrutura organizacional dos arquivos híbridos



Fonte: Elaboração das autoras

Meyer (1986) destaca as estruturas organizacionais como processos sociais, ou seja, como uma estratificação de uma sociedade globalizada, na qual a socialização, a ciência, a religião, as leis e a educação permeiam as instituições. Desse modo, as novas estruturas sociais propõem as chamadas “Instituições Sociais”, nas quais não só as máquinas e a alta gerência são importantes, mas os funcionários também são vistos sob o ponto de vista humanizado da execução de tarefas.

Por meio do estudo dos paradigmas das tecnologias em informação e comunicação, é possível que o arquivista entrelace necessidades dos indivíduos com auxílio profissional. Consequentemente, é essencial que os arquivistas estudem tais fenômenos, pois é por meio deles que as relações profissionais para com os arquivos e os indivíduos se transformam.

Estruturas organizacionais híbridas podem contribuir para um desenvolvimento mais conciso dos serviços realizados, de forma que as necessidades informacionais dos indivíduos sejam melhor trabalhadas. “Neste contexto, o profissional da informação deve ter um desempenho superior e está dependendo de um aprendizado de qualidade. Dentre os novos contextos de informação, o que se apresenta promissor é o da inovação” (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2002:45).

Sendo assim, ao tratar da relação entre ambientes colaborativos versus flexibilidade, Chartier (1999) traça um paralelo que chega ao paradigma atual, no qual a relação da sociedade para com os documentos remete à descentralização do conhecimento. Nessa perspectiva, o papel do arquivista perante os novos paradigmas sociais, tecnológicos,

econômicos e contextuais integra a visão de um profissional flexível, que muda seu comportamento de acordo com as demandas coletivas e individuais da sociedade.

A inovação nas estruturas organizacionais é definida a partir de mudanças significativas na estrutura e métodos gerenciais da instituição, nos quais os pesquisadores são estudados como parte da análise organizacional (DAMANPOUR, 1991). As tecnologias e as informações pressupõem mudanças, pois o arquivo se torna um sistema de redes, onde a convergência de tecnologias e linguagens se faz presente.

A transição no contexto arquivístico: do tradicional ao híbrido

O espaço dos arquivos híbridos se caracteriza por agregar “[...] diferentes tecnologias, diferentes fontes, refletindo o estado que hoje não é completamente digital, nem completamente impresso, utilizando tecnologias disponíveis para unir em um só ambiente o melhor dos dois mundos” (GARCEZ e RADOS, 2002:47). Tal ambiente deve ser visto sob o olhar do usuário individual e coletivo, dos serviços e produtos oferecidos pela instituição, assim como da arquitetura e plataformas locais.

Os usuários individuais e coletivos devem ser capazes de acessar uma informação de forma autônoma, por meio do pensamento crítico e lógico. Logo, os serviços e produtos oferecidos pela instituição devem ser consistentes para recursos locais ou remotos, devem basear-se em normas internacionais (para o tráfego de recursos), bem como prover a descoberta, localização, requisição, envio/entrega e utilização de recursos, independentemente de seu suporte (RUSSEL, GARDNER e MILLER, 1999). Para tanto, sua arquitetura deve partir de uma estrutura organizacional flexível, permitindo o desenvolvimento de novos sistemas, quando necessário.

Levando em conta o gênero, a origem, a aquisição, a custódia, o método de avaliação, de classificação e descrição de documentos em arquivos, é possível observar que os arquivos híbridos se diferenciam dos tradicionais na medida em que os gêneros de documentos abarcados pela hibridez não são apenas textuais, mas também audiovisuais e cartográficos, disponibilizados em suportes analógicos e/ou digitais.

Em relação à origem dos documentos, o arquivo tradicional preza pela conservação com objetivos funcionais estáticos, já os híbridos mudam de acordo com o contexto institucional. A aquisição e custódia dos documentos são tratadas, pelo último, como proveniência de atividades públicas e privadas, produzidos em único exemplar, mas que se interligam por meio das funções institucionais.

No âmbito do tradicional, os arquivos disponibilizam recursos em meio analógico, e o trabalho do arquivista é feito de modo sistemático, ou seja, há uma delimitação de cargos de acordo com os papéis da instituição. São ambientes localizados em espaços específicos, delimitados geograficamente, que possuem coleções finitas e tangíveis (OPPENHEIM e SMITHSON, 1998).

Enquanto os julgamentos no arquivo tradicional são finais e irrevogáveis, no arquivo híbrido eles não são finitos. A classificação não é mais específica para cada instituição, mas estabelece-se uma relação de classificação específica entre instituições com particularidades semelhantes, objetivando obter troca de informações.

Dessa forma, a descrição arquivística não se aplica apenas a um conjunto de documentos semelhantes, mas também a um conjunto de séries semelhantes. O Quadro 1, adaptado de Paes (2004), mostra as relações citadas anteriormente.

Quadro 1- Relação entre arquivos tradicionais e arquivos híbridos

	Gênero de documentos	Origem	Aquisição ou custódia	Métodos de avaliação	Métodos de classificação	Método descritivo
Arquivos Tradicionais	Documentos textuais, audiovisuais e cartográficos.	Documentos produzidos e conservados com objetivos funcionais.	Documentos provêm das atividades públicas e privadas servidas pelo arquivo; são produzidos em um único exemplar e em número de cópias limitadas; há significação orgânica entre eles.	Preserva-se a documentação referente a uma atividade como conjunto; os julgamentos são finais e irrevogáveis; a documentação não raro existe em via única.	Há classificações específicas para cada instituição, ditadas pelas suas particularidades; exige conhecimento da relação entre as unidades, a organização e o funcionamento dos órgãos.	Aplica-se a conjuntos de documentos; as séries (órgãos e suas subdivisões, atividades funcionais ou em grupos documentais da mesma espécie) são unidades para fins de descrição.
Arquivos Híbridos	Documentos textuais, audiovisuais e cartográficos, disponibilizados em suportes analógicos e/ou digitais.	Objetivos funcionais, que mudam de acordo com o contexto institucional.	Documentos provêm de atividades públicas e privadas; produzidos em único exemplar; há significação orgânica entre eles.	Os julgamentos não são finais e irrevogáveis.	Estabelece-se uma relação de classificação específica entre instituições com particularidades semelhantes, com o objetivo de obter troca de informações.	Aplica-se não somente a um conjunto de documentos, como também a um conjunto de séries semelhantes.

Fonte: Elaboração das autoras

A fim de melhor contextualizar o cenário dos arquivos híbridos, a Figura 2 demarca as transformações ocorridas pelos arquivos em Eras. Para tanto, parte do fluxo documental arquivístico (DUQUE, 2011), que é influenciado por diversas áreas do conhecimento, possui características diferentes na execução das tarefas em cada época: tradicional, digital e híbrida.

A Era Híbrida, intermediária da Era Tradicional para a Digital, procura unir em um só sistema conceitos tradicionais e digitais, buscando o uso e o acesso pela comunidade às suas coleções, que são diversificadas por mídias flexíveis, em prol da formação de redes de comunicação e desenvolvimento de comunidades. O foco está na mediação da informação para a inclusão social.

O patrimônio audiovisual, como filmes, programas de rádio e televisão, e gravações de áudio e vídeo, reflete a nossa história e oferece uma descrição ímpar das nossas sociedades e da diversidade das culturas do mundo. Esse patrimônio é uma fonte incomparável para a compreensão dos séculos XX e XXI. Ela reflete a identidade dos povos e demonstra a riqueza das culturas nacionais, por meio de suas diversas tradições e línguas. Sua capacidade de reunir de forma instantânea sons e imagens, muitas vezes de muito além das fronteiras locais e das barreiras linguísticas, faz deste patrimônio um complemento essencial para mais arquivos e documentos tradicionais. (BOKOVA, 2015).

A Era Digital advém da agregação dos metadados, da interoperabilidade, das ontologias, da web semântica, da inteligência coletiva e da Arquitetura da Informação à área da Arquivologia. Trata-se de um espaço totalmente virtual, com uma dinâmica técnico-produtiva de redes multimídia, demarcado por repositórios institucionais e temáticos, que utilizam da acessibilidade, da usabilidade, do hipertexto e da intersemiose a fim de uma sociabilidade digital (SARACEVIC, 1996).

No que se refere à diferenciação entre as atividades arquivísticas de cada era, a obtenção de documentos, na Era Tradicional, limita-se aos documentos referentes apenas ao arquivo em que se trabalha. A Era Digital abre alas para a obtenção de documentos não só do arquivo em si, mas de toda a instituição à qual o arquivo está inserido, chegando, na Era Híbrida, à obtenção de documentos de várias instituições que, de alguma forma, estão ligadas institucionalmente.

O tratamento documental, de manual na Era Tradicional, passa a ser computadorizado na Era Digital. No contexto híbrido, o arquivista trabalha da forma que melhor convém à instituição, podendo realizar tal atividade de modo manual, computadorizado ou utilizando ambos os sistemas.

A distribuição de documentos na Era Tradicional está limitada ao ambiente físico do arquivo, possuindo softwares locais que não comutam informações, mesmo com o uso da Internet, entre instituições diferentes. Já na Era Digital, a atividade está relacionada ao uso de softwares que permitem o intercâmbio de dados, premissa para a execução dessa tarefa na Era Híbrida.

A Era Tradicional e a Era Digital compartilham de uma delimitação de espaços físicos no uso de documentos: o arquivo local, nos tradicionais; e as plataformas digitais via Internet, no digital. A Era Híbrida vem como um divisor de águas, proporcionando o acesso mais humanizado da informação, esteja ela em plataforma analógica, digital ou disposta no local ou na Internet.

O armazenamento de documentos ocorre em plataformas analógicas, na Era Tradicional, e de forma virtual, na Era Digital. Na Era Híbrida, o armazenamento pode ocorrer em ambos os locais e suportes de armazenamento.

Em relação ao descarte de documentos, as práticas são iguais em todas as eras, de acordo com as leis de descarte da Arquivologia. Para tanto, os documentos são descartados quando não possuem valor histórico ou quando já cumpriram sua missão dentro de uma instituição.

Dessa forma, o que interliga as três eras dos Arquivos são os conceitos de cada época e as tecnologias utilizadas nos respectivos procedimentos institucionais. As convergências de linguagens são base para o desenvolvimento de ambientes híbridos. Sendo assim, ao se considerar as possibilidades de interação entre cultura, mídia e tecnologia para o acesso à informação, os arquivos híbridos promovem a construção do conhecimento na medida em que permitem o acesso e o uso inteligente da informação, de modo a construir sentidos a partir da desconstrução de conhecimentos.

Considerações finais

A socialização da informação contribui para a diminuição das desigualdades sociais na medida em que promove a cidadania. Os arquivos híbridos têm compromisso direto com a inclusão social e informacional, pois prezam pelo desenvolvimento social e cultural das estruturas organizacionais.

As ideias de tradicionalismo, digitalidade e hibridez dentro dos arquivos torna possível dividir fluxo documental em uma transição temporal que esclarece as formas atuação dos arquivos híbridos como promotores do acesso à informação. Destarte, a Era Tradicional condiciona o trabalho do arquivista em softwares locais, a preocupação com o ambiente físico, o uso de plataformas analógicas e a relação manual com o documento.

A Era Digital abre espaço, a partir da Ciência da Computação e das possibilidades de intercâmbio de dados trazidas por ela, para o trabalho do arquivista voltado à instituição como um todo. Ao integrar os sujeitos à sua memória coletiva, a Era Híbrida, para além do contexto tradicional e do digital, busca interagir na esfera cultural da sociedade, trabalhando em redes que promovam o acesso à informação.

Por meio de uma memória sistêmica, tais ambientes dão significado ao conhecimento gerado em sociedade. Assim, os arquivos híbridos criam ambientes de aprendizagem, abrangendo os diferentes tipos de documentos em sociedade.

A fim de se tornarem indivíduos competentes em arquivos híbridos, tanto o arquivista quanto os usuários precisam entender a natureza de seu acervo, a extensão de formatos e suportes de informação, bem como a flexibilidade que esses ambientes proporcionam. Além do mais, a atuação profissional deve ser capaz de unir a promoção da informação à preservação dos documentos, contando com a fragilidade de muitos.

O sujeito que compreende os arquivos híbridos reflete, individual e coletivamente, acerca do acesso e uso da informação de forma consciente. Sendo assim, o arquivo híbrido busca o desenvolvimento sociocultural para a geração de conhecimento inteligente.

A ética e a legalidade no repensar as novas estruturas organizacionais permeiam a gestão dos ambientes híbridos, considerados intermediários entre os arquivos tradicionais e os arquivos digitais. A efetividade desses espaços é a proposta que envolveu todo o

desenvolvimento deste estudo, que visa à construção da cidadania em unidades de informação.

Nesse cenário, atividades culturais diferenciadas, quando desenvolvidas em arquivos híbridos, promovem a discussão e a capacitação de usuários no uso da estrutura física e organizacional dos arquivos. É importante entender que a identidade está relacionada aos atores sociais, que constroem conhecimentos culturais base por meio de uma pluralidade de significados, passível de distinguir o porquê de os significados, quando interligados, serem fontes de informação, construídas através de processamentos individuais coletivizados (CASTELLS, 2011).

Trata-se, portanto, do requerer de um novo espaço público pela sociedade, em busca do autoconhecimento e da identidade cidadã, construído em redes de conhecimentos individuais compartilhados. Para tanto, sugerem-se estudos futuros na área da convergência entre Arquivologia, novas estruturas organizacionais híbridas, desenvolvimento sociocultural e acesso à informação, a fim de fortalecer a intermediação entre o conceito de arquivos híbridos e a promoção da informação, que fomenta a prática profissional arquivística.

Referências bibliográficas

BARRETO, A. de A.

1998 Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. *Ciência da Informação*. [Em linha]. Brasília. 27:2 (maio/ago. 1998) 122-127. [Consult. 7 jan. 2016].

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/barreto.pdf>.

BELLUZZO, R. C. B.

2007 *Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação*. Bauru: Autores Brasileiros, 2007.

BOKOVA, I.

2015 *Arquivos em risco: proteger as identidades do mundo*. [Em linha]. [S. l.]: UNESCO, 2015. [Consult. 4 fev. 2016].

Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/archives_at_risk_protecting_the_worlds_identities_world_day_for_a_udiovisual_heritage/#.VrOQT7IrLIU.

BOURDIEU, P.

1991 *El Sentido práctico*. Madrid: Taurus, 1991.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

1978 Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978: regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de Arquivo. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. [Em linha]. Brasília DF, 1978. [Consult. 4 jan. 2016].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D82590.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2011 Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. [Em linha]. Brasília, DF, 2011. [Consult. 4 jan. 2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm.

BREAKS, M.

2002 Building the hybrid library: a review of UK activities. *Learned publishing*. [United Kingdom]. 15:2 (2002) 99-107.

CALDERON, M. P.

2015 *Lei de Acesso à Informação e seu impacto na atividade de inteligência*. Campinas: Millenium, 2015.

CASTELLS, M.

2001 *A Sociedade em rede*. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001, vol. 1.

CASTELLS, M.

2011 *The Power of identity*. 2ª ed. Pondicherry, Índia: SPI Publishers Services, 2011.

CASTRO, C. A., org.

2002 *Ciência da Informação e Biblioteconomia: múltiplos discursos*. São Luís: EDUFMA; EDFAMA, 2002.

CHARTIER, R.

1999 *A Aventura do livro*. São Paulo: Unesp; Imprensa Oficial do Estado, 1999.

DAMANPOUR, F.

1991 Organizational innovation: a meta-analysis of effects of determinants and moderators. *Academy of Management Journal*. 34:3 (1991) 555-590.

DELGADO, R. C., org.

2010 *National plan for good living: building a plurinational and intercultural state*. [Em linha] 2010. [Consult. 10 fev. 2016]. Disponível em: <http://www.unosd.org/content/documents/96National%20Plan%20for%20Good%20Living%20Ecuador.pdf>.

DONDIS, D. A.

2003 *Sintaxe da linguagem visual*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DUQUE, C. G., org.

2011 *Ciência da Informação: estudos e práticas*. Brasília: Thesaurus, 2011.

DZIEKANIAK, G.; ROVER, A.

2011 Sociedade do conhecimento: características, demandas e requisitos. *DataGramaZero*. [Em linha]. Brasília. 12:5 (out. 2011). [Consult. 21 jan. 2016]. Disponível em: http://www.dgz.org.br/out11/Art_01.htm.

GARCEZ, E. M. S; RADOS, G. J. V.

2002 Biblioteca híbrida: um novo enfoque no suporte à educação a distância. *Ciência da Informação*. [Em linha]. Brasília. 31:2 (maio/ago. 2002) 44-51. [Consult. 17 maio 2015].

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12907.pdf>.

GIL, A. C.

2008 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, R.

2014 On the abolition of academic labour: the relationship between intellectual workers and mass intellectuality. *Triple C: communication, capitalism & critique: journal for a global sustainable information society*. [Em linha]. 12:2 (2014) 822-837. [Consult. 11 fev. 2016].

Disponível em: <http://www.triple-c.at/index.php/tripleC/article/view/597/638>.

JARDIM, J. M.

2012 A Lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*. [Em linha]. Belo Horizonte. 5:1 (2012). [Consult. 11 fev. 2016].

Disponível em:

<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/68>.

MACHADO, N. J.

2002 Sobre a idéia de competência. In PERRENOUD, P.; THURLER, M. G. – *As Competências para ensinar no século XXI: a formação de professores e o desafio da educação*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MENDEL, T.

2009 *El Derecho a la información en América Latina: comparación jurídica*. Quito: UNESCO, 2009.

MEYER, J. W.

1986 Myths of socialization and personality. In HELLER, M. S. T.; WELLBERY, D. – *Reconstructing individualism*. Standford: Standford University Press, 1986.

MINTZBERG; H.

1973 *The Nature of managerial work*. New York: New York & Row Publishers, 1973.

OLIVEIRA, M. de; ARAÚJO, E. A. de

2002 Os Paradigmas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação e os novos contextos da informação. In CASTRO, C. A., org. – *Ciência da informação e biblioteconomia: múltiplos discursos*. São Luís: EDUFMA; EDUFAMA, 2002.

OPPENHEIM, C.; SMITHSON, D.

1998 What is the hybrid library? *Journal of Information Science*. [Em linha]. [United Kingdom]. 25:2 (out./nov. 1998) 97-112. [Consult. 17 jan. 2016].

Disponível em: <http://jis.sagepub.com/content/25/2/97.full.pdf+html>.

PAES, M. L.

2004 *Arquivo: teoria e prática*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PIMENTA, M. T. da R.

2002 O Profissional da informação e as novas mediações no atendimento ao cliente. In CASTRO, C. A., org. – *Ciência da informação e biblioteconomia: múltiplos discursos*. São Luís: EDUFMA; EDUFAMA, 2002.

RIBEIRO, F.

2010 Da Mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da Ciência da Informação na sociedade em rede. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. João Pessoa. 20:1 (jan./abr. 2010) 63-70. [Consult. 7 out. 2015].
Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4440/3420>

RUSSEL, R.; GARDENER, T.; MILLER, P.

1999 *Hybrid information environments: overview and requirements*. [Em linha]. 1999. [Consult. 20 jan. 2016].
Disponível em: <http://www.ukoln.ac.uk/dlis/models/requirements/overview/>.

SACRISTÁN, J. G.

2002 *Educar e conviver na sociedade global*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SARACEVIC, T.

1996 Ciência da Informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. Belo Horizonte. 1:1 (jan./jun. 1996) 41-62. [Consult. 11 fev. 2016].
Disponível em:
http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/08/pdf_fd9fd572cc_0011621.pdf.

WEBER, M.

1979 *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979.

Rafaela Carolina da Silva | rafaelacarolinasilva@gmail.com

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Rosângela Formentini Caldas | rcaldas@marilia.unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil